CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA

SILVIA PALOMA LISBOA DE FARIA

IMPACTOS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS RELAÇÕES FAMILIARES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

SUMÉ - PB
2026

SILVIA PALOMA LISBOA DE FARIA

IMPACTOS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS RELAÇÕES FAMILIARES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Monografia apresentada ao curso Superior de Psicologia da UNICIR – Faculdade do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Psicologia.

Orientadora: Professora Esp. Jocilda de Azevêdo Rodrigues e Ramos.

SUMÉ - PB
2026

FICHA

SILVIA PALOMA LISBOA DE FARIA

IMPACTOS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NAS RELAÇÕES FAMILIARES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Monografia apresentada ao curso Superior de Psicologia da UNICIR – Faculdade do Cariri, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Esp. Jocilda de Azevêdo Rodrigues e Ramos.
Orientadora - Unicir – Faculdade do Cariri

Professor Esp. Luiz Ricardo Vasconcelos de Mendonça.
Examinadora Interna - Unicir – Faculdade do Cariri

Prof.ª. Esp. Ednalva Alves Libânio de Oliveira.
UNICIR – Faculdade de Cariri

Trabalho Aprovado em: 15 de junho de 2026.

SUMÉ - PB

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser o alicerce de toda a minha jornada. Aos meus filhos, Alisson Paulinelli e Maria Cecília: vocês são a razão de cada esforço diário e o combustível da minha vontade de crescer; este sonho também é de vocês. Aos meus pais, Silvio e Vera, e ao meu irmão, Silvio Júnior, agradeço pelo apoio incondicional. Por fim, dedico este passo aos amigos e professores do curso de Psicologia, que caminharam ao meu lado nesta travessia de autodescoberta e aprendizado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família. Aos meus pais, Vera e Silvio, pelo apoio incondicional em todas as etapas desta jornada. Ao meu irmão Junior e aos meus sobrinhos Guilherme, Sophia e a pequena Olivia, que é a verdadeira luz da nossa família e traz alegria aos nossos dias.

Aos meus filhos, Paulinelli e Maria Cecília, que são as razões da minha existência. Tudo o que faço é por vocês e para vocês; o amor e a presença de vocês foram a minha maior força para chegar até aqui.

Às minhas amigas de turma, Katiússia e Gabriela, que tornaram os dias de estudo mais leves e que guardarei para sempre como amigas para a vida toda. Obrigado pela parceria, pelas conversas e pelo companheirismo.

Aos meus professores, pelo conhecimento partilhado ao longo desta caminhada. Agradeço cordialmente à minha professora e orientadora, Jocilda, por tanto ensinamento, pelo apoio paciente e, acima de tudo, por não me deixar desistir quando os desafios pareceram grandes demais. A sua orientação foi fundamental para a realização deste trabalho.

RESUMO

É de fundamental importância debater o papel da família na vida de uma criança com TEA. No entanto, muitos estudos relacionados a essa temática do contexto familiar, associado ao TEA, indicaram que as mães são as principais cuidadoras dos filhos. Verificou-se, portanto, que esse cuidar dos sujeitos sociais que têm o diagnóstico de autismo, pode ser extenuante e estressante, ou seja, causar o adoecimento de quem cuida, se dedica, ampara, protege. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar por meio de uma revisão de literatura, os impactos do TEA nas relações familiares, identificando os principais desafios enfrentados – nas esferas emocional, social e econômica - e as estratégias de enfrentamento desenvolvidas pelas famílias ao longo desse processo. Trata-se de uma pesquisa de revisão da literatura, de caráter qualitativo e descritivo, que foi desenvolvida no período de março a abril de 2026, e culminou com a realização de um levantamento bibliográfico nas bases de dados indexadas na BVS - Biblioteca Virtual de Saúde: SciELO, LILACS e PUBMED, onde foram utilizados os operadores booleanos AND e NOT, por meio de palavras-chave em português, tendo sido selecionados 9 estudos que abordam essa temática. Como resultados, ficou claro que as mães cuidadoras dos filhos com TEA, são, em sua maioria, as que de fato sentem a sobrecarga, pois além dos cuidados com os filhos, as tarefas domésticas, a falta de vida social, de uma rede de apoio, além do aporte financeiro, são os demais mais árduos, que tornam o peso do processo de busca por uma sociedade mais inclusiva, ainda mais agravante.

Palavras-chave: Autismo; família; mães; sobrecarga.

ABSTRACT

It is of fundamental importance to discuss the role of the family in the life of a child with ASD. However, many studies related to this theme of the family context associated with ASD have indicated that mothers are the primary caregivers of their children. It has been found, therefore, that caring for social subjects diagnosed with autism can be exhausting and stressful, that is, it can cause illness in those who care for, dedicate themselves to, support, and protect them. Thus, the present study aimed to analyze, through a literature review, the impacts of ASD on family relationships, identifying the main challenges faced – in the emotional, social, and economic spheres – and the coping strategies developed by families throughout this process. This is a qualitative and descriptive literature review study, conducted between March and April 2026, culminating in a bibliographic survey of the databases indexed in the BVS - Virtual Health Library: SciELO, LILACS, and PubMed. The Boolean operators AND and NOT were used, employing keywords in Portuguese, resulting in the selection of 9 studies addressing this topic. The results clearly show that mothers caring for children with ASD are, in the majority of cases, the ones who actually feel the burden. In addition to childcare, domestic chores, lack of social life, lack of a support network, and financial resources are the most arduous factors, making the struggle for a more inclusive society even more difficult.

Keywords: Autism; family; mothers; burden.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 9

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... 12
2.1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)..... 12
2.2 O PAPEL FUNDAMENTAL DA FAMÍLIA NO CONTEXTO DO TEA..... 13
2.3 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA COMO ELEMENTO DA INCLUSÃO ESCOLAR..... 19

3 METODOLOGIA..... 21

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO..... 22

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 28

REFERÊNCIAS..... 29

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por prejuízos na comunicação e na interação social, associados a padrões de comportamento restritos e repetitivos. De modo mais preciso, conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), o TEA envolve déficits persistentes na comunicação e na interação sociais em múltiplos contextos, abrangendo dificuldades em reciprocidade social, no uso de comportamentos não verbais para a interação e na capacidade de estabelecer, manter e compreender relacionamentos (APA, 2022). Ademais, a literatura aponta que alterações sensoriais constituem uma característica frequente do transtorno, embora muitas vezes subidentificadas, uma vez que as próprias dificuldades de comunicação inerentes ao TEA dificultam sua expressão e percepção por parte dos profissionais e cuidadores.

Outro ponto amplamente discutido na literatura científica refere-se às condições comportamentais de indivíduos diagnosticados com TEA. Desde a infância, essas crianças já enfrentam inúmeras dificuldades para desenvolver noções básicas de interação social e, em muitos casos, para adquirir a própria fala (Maia Filho et al., 2016). Tais atrasos tendem a se manifestar nos primeiros anos de vida, abrangendo habilidades como a comunicação verbal, a socialização e a compreensão de linguagens não-verbais, de modo que as crianças com TEA frequentemente não atingem os marcos do desenvolvimento esperados para sua faixa etária. À medida que crescem e se deparam com demandas cada vez maiores de interação social, as dificuldades de estabelecer vínculos com outros sujeitos tornam-se ainda mais evidentes (Acero, 2013).

Esse cenário repercute diretamente no contexto familiar, uma vez que os pais ou responsáveis costumam ser os primeiros a identificar comportamentos atípicos em seus filhos, iniciando, a partir dessas observações, a busca por informações e orientação especializada. De forma mais específica, o período que antecede o diagnóstico é frequentemente marcado por incertezas e angústias, tornando a família igualmente sujeito de atenção e cuidado. Confirmado o diagnóstico, torna-se fundamental que os profissionais orientem as famílias acerca dos recursos disponíveis, de modo a favorecer a adaptação, a aceitação e a compreensão do transtorno, bem como a construção de condições efetivas para a inclusão social desses indivíduos (Onzi; Gomes, 2015).

Assim, observa-se a necessidade que os envolvidos nesse processo, tenham acesso efetivo a redes de apoios, bem como o acompanhamento de profissionais que possam estar

acolhendo, orientando cuidadosamente sobre a saúde física e mental, pois esse amparo profissional, aos pais, e de modo mais específico às mulheres mães, se faz necessário, haja vista a ampla carga de sofrimento e os diversos afetos e sentimentos acendidos a partir do diagnóstico (Moraes; Bialer; Berner, 2021).

Entretanto, apesar dos avanços nas pesquisas sobre o TEA e dos debates acerca da inclusão social, a temática perpassa também a esfera política, na medida em que envolve a garantia efetiva dos direitos das pessoas diagnosticadas com o transtorno — o acesso à escola, ao mercado de trabalho, ao lazer, à cultura e, sobretudo, ao tratamento adequado nos sistemas públicos, sem qualquer forma de segregação ou exclusão. Ainda assim, persistem lacunas na literatura científica, especialmente no que se refere aos impactos do TEA nas relações familiares, quando se tratam de instâncias locais, bem como de mais informações sobre os impactos econômicos, o que reforça a relevância e a necessidade de aprofundar as investigações nessa direção.

Como pergunta norteadora deste estudo, foi elaborado o seguinte questionamento: quais são os principais impactos do Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos contextos familiares, segundo as evidências científicas publicadas?

Nesse cenário, o objetivo geral deste estudo foi analisar, por meio de uma revisão de literatura, os impactos do TEA nas relações familiares, identificando os principais desafios enfrentados – nas esferas emocional, social e econômica - e as estratégias de enfrentamento desenvolvidas pelas famílias ao longo desse processo.

De maneira mais tipificada, os objetivos específicos buscaram: identificar os principais impactos do Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas relações familiares, com base nas evidências disponíveis na literatura científica; analisar as mudanças na dinâmica familiar decorrentes do convívio com pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, considerando aspectos emocionais, sociais e cotidianos; investigar as principais dificuldades e desafios enfrentados pelas famílias de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, conforme descritos nos estudos selecionados para a revisão integrativa; sintetizar as estratégias de apoio, intervenção e fortalecimento das relações familiares apontadas pela literatura como capazes de minimizar os impactos do Transtorno do Espectro Autista no contexto familiar.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo qualitativo descritivo, realizado a partir de uma revisão integrativa de literatura, buscando analisar o que a literatura científica apresenta sobre a temática escolhida. Em se tratando da estrutura, o presente está organizado na seguinte maneira: na introdução, apresenta-se o tema, constando a pergunta norteadora, os objetivos da pesquisa, bem como, os argumentos que justificam sua relevância e a metodologia

empregada na sua elaboração. Na parte seguinte é discutido o arcabouço teórico. No tópico posterior são descritos com mais clareza e robustez, os aspectos metodológicos, seguindo com a parte das discussões e dos resultados verificados. Na última parte textual do referido estudo são apresentadas as considerações finais, e as referências bibliográficas utilizadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por desordens de origem neurobiológica, que podem provocar prejuízos referentes aos comportamentos restritivos e repetitivos e déficits na área sociocomunicativa. A primeira descrição dessa síndrome foi exposta por Leo Kanner, em 1943, com embasamento em onze casos de crianças que ele acompanhava e que possuíam algumas características em comum, como: severos distúrbios de linguagem (sendo estas pouco comunicativas); incapacidade de se relacionarem com outras pessoas e uma preocupação obsessiva pelo que é imutável. Esse conjunto de características foi chamado por ele de autismo infantil precoce (Julio-Costa; Antunes, 2017).

Entretanto, em decorrência de alguns sintomas, em especial aos que se referiam a ambivalência afetiva, distúrbios das associações e da afetividade, que derivam da dissociação psíquica, as subclassificações e o diagnóstico do TEA estiveram por muitas décadas sob o amplo rótulo de "Esquizofrenia infantil", como nas duas primeiras versões do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) (Motta, 2017). Todavia, nos sistemas diagnósticos mais recentes — DSM-5-TR (APA) e CID-10 | CID-11 (OMS) —, o TEA passou a ser compreendido como uma categoria unificada, que incorpora condições anteriormente classificadas de forma separada, como o autismo infantil precoce, o autismo de Kanner, o autismo de alto funcionamento, o autismo atípico, o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, o transtorno desintegrativo da infância e o transtorno de Asperger.

Essa reorganização nosológica teve como objetivo aprimorar a sensibilidade e a especificidade dos critérios diagnósticos, passando a conceber o TEA como um *continuum* clínico, caracterizado por ampla variabilidade em sua apresentação - envolvendo desde indivíduos com comorbidades severas, até aqueles com características mais leves, capazes de conviver socialmente com autonomia, até mesmo com alto potencial intelectual -, o que justifica a utilização do termo "espectro". A mudança refletiu o acúmulo de evidências científicas que apontavam para uma sobreposição considerável entre as categorias anteriores, tornando suas fronteiras diagnósticas pouco precisas, reconhecendo a ininterrupção dos sintomas e sua variação em intensidade, ressaltando a heterogeneidade das amostras do TEA (APA, 2022; Silva; Mulick, 2009).

De acordo com as "Diretrizes de Atenção a Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (2014) e a "Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos

do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde" (2015), publicados publicadas pelo Ministério da Saúde, existem diversos tipos de tratamentos para sujeitos com TEA, tais como: (1) Tratamento clínico de base psicanalítica; (2) Análise do Comportamento Aplicada (ABA); (3) Comunicação Suplementar e Alternativa; (4) Integração Sensorial; e (5) Tratamento e Educação para Crianças com Transtornos do Espectro do Autismo (TEACCH). Todavia, não há clareza acerca dos critérios adotados para recomendar estas abordagens em detrimento de outras (Araújo; Veras; Varella, 2019).

2.2 O PAPEL FUNDAMENTAL DA FAMÍLIA NO CONTEXTO DO TEA

As diversas mudanças acrescidas na estrutura familiar da sociedade contemporânea, destacam a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a sua ascensão, a construção real de um papel mais ativo na vida social, e a sua maior contribuição para a estabilidade econômica da família. Consequentemente, o aumento significativo do número de famílias em que ambos os pais trabalham, permite a compreensão no aumento efetivo uma maior necessidade da redistribuição das tarefas diárias familiares. E é justamente neste contexto que a mãe de uma criança com TEA vivencia diversos estressores no processo de ser mãe e a cuidadora principal.

> O preconceito existente em relação às crianças autista ainda é grande e a sociedade, em muitos casos, culpabiliza e responsabiliza a família, em especial a mãe pelo comportamento e pela não normalidade do filho/filha. Deste modo, as mulheres mães tendem a assumir a responsabilidade pelo cuidar e também pela marca que segue, prossegue e insiste em repetir "meu filho é imperfeito." (CONSTANTINIDIS et. al., 2018, p. 06).

Mesmo convivendo em uma sociedade tecnologia, com rapidez nas informações e sendo sujeitos ativos em um mundo globalizado, ficou entendido a partir das leituras realizadas e que culminaram com a realização do presente estudo, que a desinformação e/ou a ausência de diretrizes que discutam claramente essa temática direcionada ao TEA, o desencadeamento do sentimento de insegurança, decepção e exaustão nas famílias, o que tende aumentar a morosidade no acesso aos serviços de qualidade, impedindo em muitas situações específicas, a implementação de práticas inclusivas eficazes.

Moraes, Bialer, Berner, (2021) afirmam que o impacto do diagnóstico desencadeia diversas incertezas nos genitores. Traz sensações de que o filho/filha é inadequado e não tem capacidade de realizar atividades e habilidades sociais, sendo este um dos primeiros sentimentos. Frente aos desafios acerca do cuidar, esses sentimentos que causam adoecimento

físico e mental, podem crescer ou diminuir de acordo com o grau do TEA. No entanto, o desconhecimento da sociedade é uma das causas que aumenta esse sofrimento, visto que o olhar para o autismo ainda é repleto de estigmas e estereótipos.

Nesse contexto, Macêdo et. al. (2021, p. 7556). afirmam que "a criança com TEA demanda maiores cuidados e atenção dos pais ou cuidadores, portanto, acredita-se que isso produza impactos na família, já que são muitas as dificuldades a enfrentar para socializar os filhos". Essas dificuldades enfrentadas pelos responsáveis começam já nos primeiros sinais de identificação, na busca por respostas para as mais variadas interrogações que perpassam o ambiente familiar, na busca por atendimento especializado, por um diagnóstico real, correto, e da angústia de como será a vida social dessa criança com TEA, isto é, a família passa a buscar meios para que a sociedade não exclua seus filhos, não maltrate, não agrida, e que essa criança possa pertencer e se relacionar com o meio social e com a escola.

Schneider e Medeiros (2011**)**, citam que uma preocupação muito evidente no seio familiar, por parte dos pais surge da necessidade de disporem de mais tempo para estarem e cuidarem mais de perto do(s) outro(s) filho(s), ou seja, não é somente por sentirem sua falta, mas por considerarem que a presença dos genitores é determinante para o bem-estar desses filhos e para a diminuição do impacto das preocupações com a família em geral, ou seja, todos estão crescendo juntos e recebendo a devida atenção, ou somente a criança com TEA tem a atenção dos demais, em detrimento dos irmãos que não necessitam dos cuidados terapêuticos, de uma rotina mais diretamente assistida.

Paralelamente, Correia (2012) traz apontamentos sobre o número de filhos, afirmando ser uma variável que interfere na forma como os pais vivenciam essa situação, dado terem de se dividir entre a atenção e cuidados ao filho com TEA e o(s) outro(s), em casa, o sentimento de culpa, da ausência, das demandas no tratamento da criança com o TEA, exige mais dos pais.

Na visão de Schmidt (2013), os pais de crianças com TEA, recorrem com grande frequência ao sistema público de saúde brasileiro, buscando um claro entendimento, com o objetivo central de esclarecer e buscando os encaminhamentos adequados, mas nem sempre se deparam com uma realidade coerente ou efetiva de atendimentos ou encontram uma equipe profissional devidamente capacitada, ou uma rede pública que esteja articulada, orientando com propriedade, acerca dos procedimentos terapêuticos e pedagógicos mais apropriados, que correspondam as necessidades da criança diagnosticada com o autismo.

Deste modo, o TEA tem sido debatido com muita frequência, o que permite ocupar a agenda das políticas públicas brasileiras, diante da necessidade de ações mais efetivas em todas as instâncias da sociedade. No entanto, ainda é preciso avançar na construção de redes locais

potentes, que de fato ofereçam os serviços de atendimentos adequados, com profissionais devidamente habilitados e capacitados, organizando o cuidado, de modo a não sobrecarregar os familiares, não descuidar diante das suas necessidades, e manter como prioridade a efetivação do diálogo, com o objetivo de compreender as suas percepções e sentimentos. (Macêdo et. al; 2021).

Para tanto, essa lacuna que cria a barreira da desinformação e da falta de acolhimento, afeta diretamente no diagnóstico precoce, bem como provoca atrasos e compromete significativamente o início das intervenções corretas, pontuais, isto é, provoca danos aos aspectos fundamentais para o desenvolvimento da criança.

> [...] a família é o primeiro espaço no qual há troca de experiências que influenciam no desenvolvimento do indivíduo. Esse espaço teria a função de mediar a criança e a sociedade, influenciando nas interações, comportamentos, linguagem, entre outras habilidades, que se apresentam comprometidas no TEA (FLORENTINO, 2020, p. 08).

É importante debater que muitas famílias buscam a ajuda da escola para compreender se a criança será diagnosticada ou não com TEA, pois alguns sinais e evidencias são relatados na rotina escolar, mas, não há como deixar de evidenciar que é o contato inicial da criança com TEA ocorre prioritariamente no seio familiar, pois algumas informações já são coletadas desde o nascimento. É nesse lugar que se estabelecem os primeiros laços emocionais e as primeiras tentativas de comunicação.

Florentino (2020) disserta sobre essas manifestações, afirmando que podem ocorrer de maneiras distintas das demais crianças, em face das dificuldades mais acentuadas com o desenvolvimento da linguagem verbal, nos gestos, bem como nas expressões faciais, e que o vínculo afetivo permanece como elemento estruturante das relações e da aprendizagem, ou seja, é no lar que a criança também ensina a sua família o que é o TEA.

> Entender a série de implicações que surgem na vida dos pais de crianças com transtorno do espectro autista, a dinâmica do TEA, o modo como à intervenção precoce pode impactar favoravelmente no desenvolvimento são pontos essenciais aos pais que devem ser ofertados no diagnóstico ou suspeita do TEA. (MACÊDO et. al; 2021, p. 7557).

Nesse diapasão, fica evidente que a família não é apenas sinônimo de cuidado, mas também assume o papel social de organizar as condições objetivas e subjetivas necessárias ao desenvolvimento da criança. Sendo assim, Lima et. al. (2022, p. 21) salientam que "[...] a família deve possibilitar a estrutura psicossocial, cultural e econômica da criança, oportunizando seu desenvolvimento e inserção social e mantendo a sua função típica no âmbito social em que se encontra imiscuída".

Dessa forma, inclui-se nesse debate, que o ambiente familiar é de fato um espaço de sustentação das bases emocionais e sociais, pois influencia diretamente no processo de adaptação da criança à convivência na sociedade, com as relações interpessoais.

Nesse contexto, Ruaro et. al. (2012) discute o modelo biopsicossocial, integrando os aspectos biológicos, psicológicos e sociais de cada indivíduo, o que tem sido destaque na abordagem humanizada proposta pela OMS. Assim sendo, evidencia-se, que a utilização da CIF robustece a importância e emergencial necessidade de se considerar os elementos funcionais, discutir o rompimento das barreiras, bem como socializar amplamente esses elementos facilitadores ambientais, garantindo o oferecimento de suporte à educação inclusiva e às intervenções distintas.

Subjacentes a esses debates, incluem-se as mudanças que ocorrem na estrutura familiar na sociedade contemporânea, as quais estão efetivamente convergindo para um novo olhar sobre a relação das funções parentais socialmente e patriarcalmente atribuídas à mulher e ao homem, ou seja, em muitos lares da sociedade atual já é perceptível uma menor distinção entre ambos (Almeida, 2011).

Para tanto, e, nessa nova roupagem da distribuição de tarefas que antes eram da mulher e outras do homem, principalmente quando o assunto é prover a casa, realça-se um maior protagonismo no papel mais ativo das mulheres na vida social e no mercado do trabalho, levando a uma ampla necessidade de redistribuição das tarefas familiares e do acompanhamento dos filhos, nas mais diversas atividades cotidianas.

> Esses desafios veem-se ampliados entre os pais que assumiram o papel de cuidadores principais e têm contornos distintos dos vividos pelo cônjuge que assume o papel de cuidador secundário. Assim, enquanto este último fica, geralmente, a braços com as questões laborais e com a gestão das tarefas domésticas e o cuidado aos outros filhos em casa, o cuidador principal experiencia mais de perto os sentimentos de angústia e apreensão relativamente ao quadro de saúde do filho [...]. (RODRIGUES, et. al., 2025, p. 20).

Neste sentido, atualmente, a sociedade ainda sugere e aponta que mulher é tendenciosamente e tradicionalmente considerada como a responsável majoritária pelo acompanhamento, a educação, e na prestação dos cuidados para com os filhos, sem deixar de mão a gestão das tarefas domésticas, e todas essas questões, são culturalmente e socialmente associadas a ideia de um melhor desempenho desse papel de cuidar melhor daquilo que se propõe, em relação ao homem (Almeida, 2011).

Destaca-se, portanto, que essa influência que a presença materna exerce no seio familiar não ocorre de forma unilateral, afinal, a dinâmica e a constituição dos laços familiares envolvem

relações de construção mútua entre seus membros. Mas, é muito comum os filhos buscarem na mãe, o carinho necessário, as ajudas constantes, o afeto, a segurança, e essa centralidade pode causar o adoecimento de muitas genitoras, principalmente em lares, cuja a configuração é formada unicamente pela presença da mãe.

> [...] o sofrimento da mulher mãe ocorre também pela anulação de si em consequência da necessidade de cuidar do filho/filha. O autoabandono ocorre numa linha que muitas vezes se inicia pela saída do emprego, pela negligência de cuidados com o corpo e com a saúde, pela ausência de desejo de conviver socialmente e pela desatenção com a relação com o marido. O cuidar do filho/filha com autismo provoca na mulher mãe o sentimento de responsabilização extrema, de modo que ela passa a se tornar indiferente a si mesma em uma constante necessidade de oferecer amor ao filho/filha. (SANTOS, et. al., 2024, p. 02).

Diante do exposto, fica claro que é no contexto com a família que se configura o primeiro espaço afetivo e os contatos com a afetividade, pois o olhar, o sorriso, o toque, o som da voz já desperta espontaneamente nos bebês a singularidade do reconhecimento com as aquelas pessoas que formam o seu laço familiar, e é também nesse espaço com as interações diárias, que são produzidos efeitos recíprocos, repercutindo ativamente no desenvolvimento da criança com TEA, garantindo o fortalecimento dos vínculos, bem como o seu funcionamento e as possibilidades de interação social por meio das adequações realizadas na rotina habitual (Lima et. al., 2022).

Relacionando essa temática do TEA, com o seio familiar e os desafios diários da vida social com outras produções científicas, observa-se uma consonância direta com os estudos que assinalam a família como primeiro espaço de construção dos elementos de socialização, comunicação e de mediação do processo de aprendizagem, ou seja, é no lar que a criança com TEA interage, conhece espaços, ganha sua maturidade para ter condições de dar passos maiores na vida em sociedade, tendo em vista que os vínculos afetivos, as rotinas e os estímulos oferecidos no ambiente empregado exercem influência direta no comportamento, nas ações que exigem adaptação nas terapêuticas, nas consultas, na vida escolar e no desempenho da criança com TEA (Florentino, 2020; Lima et al., 2022).

As ações familiares são o pilar central, e isso está efetivamente comprovado nos estudos analisados, muito embora o vocábulo “sobrecarga” seja tão lavrado por autores diversos, nos casos de lares em que crianças foram diagnosticadas com TEA. A família é a principal porta para o caminhar de diferentes áreas, tais como, comunicação, autocuidado, brincar e redução de comportamentos disruptivos, corroborando para o envolvimento dos pais vai além do apoio emocional, pois alcança a intervenção direta nas habilidades da criança (Bagaiolo *et al.*, 2018). Essa compreensão dialoga diretamente com as palavras dissertadas por Florentino (2020)

quando reconhece a família como espaço inicial de mediação da comunicação, do comportamento e da aprendizagem, indicando que essas estratégias familiares devem atuar efetivamente como extensão do trabalho escolar.

Verificou-se que existe uma relação direta entre o contexto escolar e a sobrecarga vivenciada por famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), tendo em vista que constitui um aspecto relevante, quando busca-se a compreensão dos desafios enfrentados por esses núcleos familiares.

É evidente o papel importante da instituição escolar no processo de desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança, constituindo-se também como um espaço de mediação entre a família e os serviços de apoio especializados. Entretanto, quando a instituição escolar não dispõe desses recursos adequados, dos profissionais capacitados ou planeja e executa as estratégias inclusivas eficazes, os familiares passam a assumir outras responsabilidades adicionais, cuja relação exige um acompanhamento rigoroso na garantia dos ganhos pedagógicos, no processo de adaptação ao ambiente físico escolar, bem como às atividades e ainda na busca concreta por intervenções complementares.

Esse cenário de ausência dos recursos humanos e materiais no ambiente escolar, contribui significativamente para o aumento das demandas emocionais, financeiras e organizacionais impostas aos cuidadores principais das crianças com TEA, aumentando assim, os níveis de estresse e os conflitos familiares.

Para além das questões descritas, a comunicação entre escola e família concebe um fator decisivo para a qualidade e aplicação real das ações de inclusão escolar e para o bem-estar dos responsáveis. As inúmeras dificuldades existentes na implementação de práticas inclusivas, ausência das salas e de profissionais para o Atendimento Educacional Especializado, além das limitações no atendimento às necessidades específicas dos estudantes com TEA, ou seja, todas essas questões que envolvem escola e família, são gatilhos que geram sentimentos adversos, tais como: medos, incertezas e aflições constantes nos grupos sociais familiares.

Como consequência desses agravantes e dessas limitações nos espaços de construção coletiva do conhecimento, muitos pais e responsáveis veem a necessidade de dedicar mais tempo nos cuidados, e isso inclui estar diariamente acompanhando a trajetória escolar dos filhos, numa tentativa de compor essa função com atividades do trabalho e do lar. Dessa forma, o debate permite compreender com clareza que esse processo que contextualiza vida escolar e familiar, pode operar tanto como rede positiva de apoio, quanto como fator que estará potencializando ainda mais a sobrecarga familiar.

2.3 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA COMO ELEMENTO DA INCLUSÃO ESCOLAR

A construção de uma relação harmoniosa entre família e escola se constitui como um dos fundamentos centrais para a efetiva realização de práticas pedagógicas inclusivas, tendo como público norteador as crianças com TEA. Essa articulação entre esses dois contextos tão fundamentais torna-se imperativa para a constituição de ambientes educativos que acatem e tenham uma extensa compreensão das singularidades desses discentes, criando condições que permitam o seu desenvolvimento cultural, social, motor e cognitivo integralmente, além de criar mecanismos para o fortalecimento das ações pedagógicas, contribuindo para a superação dos desafios impostos pela inclusão escolar.

Nesse sentido, a literatura evidenciada por Ramos e Azevedo (2024, p. 159), considera que "sempre houve uma necessidade da família e escola estarem em contato direto, isto porque uma complementa a outra e juntas tornam os ambientes propícios para o desenvolvimento de seus filhos e alunos." Logo, compreende-se, que essa relação proximal entre a família e a escola deve ser compreendida como uma espécie de exigência do próprio sistema educativo, pois não há como dissociar os contextos, uma vez que nesses espaços de convivência, construção de vínculos, aprendizagens e de afetividade, acontece a complementação da formação cidadã da criança.

Segundo também debatem Ramos e Azevedo (2024) não se concebe falta de diálogo entre família e escola, pois devem ser compartilhados os objetivos intrínsecos à formação e à inserção social da criança, isto é, há uma tênue relação de dependência de uma instância com a outra para alcançar tais êxitos, por meio do trabalho colaborativo. É importante frisar que embora ambas sejam corresponsáveis pelo processo educativo, é papel da família a efetiva construção da educação informal, e à escola a educação formal, o que reforça a necessidade de diálogo permanente entre esses espaços de diálogo.

> A discussão sobre o TEA nos diferentes contextos em que as crianças estão inseridas, representa uma necessidade de conhecimentos sobre o que é o espectro autista e as desmitificações de estereótipos, propondo novos olhares e interpretações, mediante as possibilidades de cuidados e integração social da criança com TEA e da família (MACÊDO et. al. 2021, p. 7556).

Desse modo, compreende-se que as ações desenvolvidas no contexto familiar, que perpassam desde o acompanhamento das atividades escolares e da rotina da criança no espaço de construção do saber, ao incentivo diário nas atividades que demandam rotinas de estudo, até a participação ativa nas decisões educacionais, tornam-se elementos que amparam nesse

processo de inclusão e fortalecem a trajetória escolar da criança com TEA, permitindo que os pais possam diminuir de alguma forma as preocupações, as angústias acerca da inserção social dos seus filhos, pois se a escola acolhe, adapta as atividades, torna o ambiente acessível, a família passa a ter um reforço nas demandas do cotidiano, pois acreditará que o mesmo apoio, cuidados e as atenções dadas aos alunos regulares, também serão atribuídas, direcionadas com a criança com TEA.

Entretanto, para que tais estratégias inclusivas alcancem a concreta efetividade, torna-se indispensável o acesso das famílias às informações qualificadas, ao ambiente físico escolar, e às orientações ordenadas. Quando escola abre as portas para a família, a relação parental se amplia, o desejo de fazer parte daquele lugar cresce nos indivíduos, pois se constroem identidades, e é justamente dessa relação dupla, escola e família, buscando a capacitação parental, conforme cita Bagaiolo et. al., (2018), tendo em vista que permite uma ampliação da segurança dos responsáveis na condução das práticas diárias, favorecendo a continuação dos estímulos fora dos ambientes terapêuticos e escolares.

Todos esses aspectos dialogam diretamente com a defesa de uma atuação efetiva, permanente e colaborativa entre família, escola e profissionais especializados, na qual todos compartilham responsabilidades no processo de desenvolvimento da criança com TEA, e a família se sente de fato acolhida, o contexto familiar quando percebe o apoio, compreende que a inclusão, a empatia, a legislação vigente estão saindo do papel e de fato passam a ser praticadas.

3 METODOLOGIA

O presente estudo qualitativo descritivo versando sobre os impactos do Transtorno do Espectro Autista nas relações familiares, foi realizado por meio de uma revisão integrativa da literatura. Esta, considerada a mais ampla abordagem metodológica dentre os tipos de revisão, permite incluir estudos com diferentes delineamentos e sintetizar seus resultados em torno de uma mesma questão, contribuindo para a prática baseada em evidências (Souza; Silva; Carvalho, 2010). O método surgiu a partir da necessidade de assegurar uma prática assistencial embasada em evidências científicas, apontada como uma ferramenta ímpar no campo da saúde, pois sintetiza as pesquisas disponíveis acerca de determinada temática com o intuito de direcionar a prática fundamentada em conhecimento científico.

Para coleta de dados, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados indexadas na BVS - Biblioteca Virtual de Saúde: SciELO, LILACS e PUBMED, onde foram utilizados os descritores em português: “autismo” AND “impactos na família”

A busca pelos estudos que compreendem a base de dados da referida pesquisa foi realizada entre os meses de março e abril de 2026, sendo incluídos artigos publicados entre os anos de 2016 e 2026, na língua portuguesa, publicados na íntegra e que abordassem os impactos do Transtorno do Espectro Autista nas relações familiares. Foram excluídos resumos, revisões de literatura, textos incompletos.

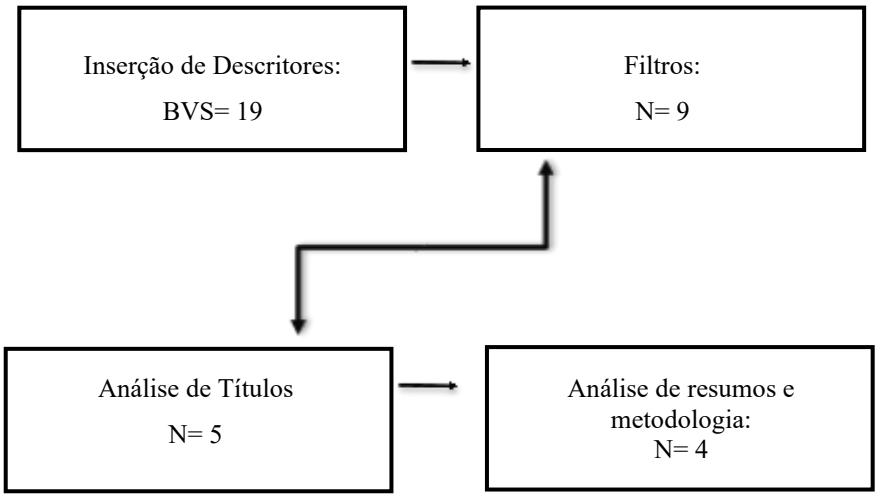
Por se tratar de revisão bibliográfica baseada exclusivamente em dados secundários de domínio público, sem envolvimento direto de seres humanos, esta pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), porém, foram seguidas as diretrizes de boas práticas científicas, incluindo a citação fidedigna de todas as fontes, o respeito aos direitos autorais e a transparência metodológica em todas as etapas (estratégias de busca, critérios de elegibilidade, processos de seleção e síntese), de modo a assegurar reprodutibilidade e rastreabilidade dos procedimentos adotados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da associação dos descritores, encontrou-se um total de 19 estudos. Após a filtragem relativa ao ano (2018 a 2025), idioma (português) e texto completo, restaram 9 artigos. Em seguida, procedeu-se à análise criteriosa dos títulos e dos resumos, etapa em que foram excluídos os estudos que, embora recuperados pelos descritores, não tratavam especificamente dos impactos do Transtorno do Espectro Autista nas relações familiares, além de resumos, revisões de literatura e textos incompletos, conforme os critérios de elegibilidade definidos.

Restaram, assim, 9 estudos potencialmente relevantes. Após a leitura minuciosa dos resumos e metodologias, manteve-se o total de 9 estudos incluídos na revisão, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Etapas metodológicas para seleção de artigos



Fonte: Dados da pesquisa, 2026

Quadro 1 - Descrição dos artigos incluídos na pesquisa

Título Autor/ano	Objetivo	Tipo de estudo	Conclusão
1 - Impactos do diagnóstico de autismo: construção, comercialização e cuidados. Azevedo (2025).	Analisar criticamente o diagnóstico de autismo, explorando aspectos como: a construção, o consumo, a mercantilização e a sua utilidade para o cuidado com as crianças e a família.	Um estudo de natureza bibliográfica e etnográfica.	Há uma necessidade premente de se melhorar a acurácia do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), no entanto, a falta de diagnóstico diferencial com outras patologias tem sido gritante. Por vezes, parece haver apenas um diagnóstico em psiquiatria infantil, o TEA.

2 - Redes Sociais Significativas Maternas: Significados e Movimentos Diante do Autismo. Colomé (2024).	Investigar os impactos do diagnóstico de TEA nas redes sociais significativas maternas e como as mães lhes atribuíram sentido.	Estudo de caso, que contou com a participação de 12 mães de filhos diagnosticados com TEA na infância, com as quais foram realizadas entrevistas reflexivas e construídos dois mapas de redes sociais significativas.	Destaca-se a importância da ativação das redes sociais significativas das mães, bem como a instrumentalização dessas redes para que possam estar presentes de maneira efetiva e fornecer apoio, salientando-se o importante papel de profissionais da saúde e da educação nesse cenário.
3 - Eficácia de Programas Educativos à Distância para pais de crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista: uma revisão integrativa Andrade (2024).	Analisar a produção científica sobre programas educativos à distância para pais/responsáveis no desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).	Revisão integrativa de literatura. Após a seleção inicial e a leitura completa, 37 artigos foram analisados, dos quais seis foram considerados elegíveis para responder à pergunta de pesquisa.	Os resultados sugerem que programas remotos de orientação para pais podem ser eficazes para melhorar o conhecimento sobre TEA, aumentar a adesão dos pais às intervenções e promover o desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação em crianças com TEA.
4 - impacto e sobrecarga familiar em cuidadores de crianças e adolescentes com deficiência intelectual. resende (2023).	avaliar o impacto familiar e a sobrecarga em cuidadores familiares de crianças e adolescentes com di.	estudo transversal de caráter analítico. os dados foram coletados na clínica intelectual, de um centro de reabilitação e readaptação.	o acesso aos estudos, mercado de trabalho e suporte financeiro, podem repercutir de forma positiva na vida dos cuidadores familiares, diminuindo o impacto e a sobrecarga que o diagnóstico da di pode causar.
5 - Clínica e pesquisa do autismo: olhar ético para o sofrimento da família. Moraes (2021).	Discutir do ponto de vista da ética, alguns impactos que o autismo pode ter nas relações familiares.	Revisão bibliográfica acerca de possíveis efeitos do autismo nas relações familiares e também à apresentação de recortes autobiográficos de famílias de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).	A reflexão desenvolvida ao longo do artigo leva a pensar sobre como a criança com TEA, com suas singularidades, pode vir a impactar as relações familiares e sobre como a subjetividade da criança afeta a família ao mesmo tempo em que é afetada por ela.
6 - Meu filho é autista: percepções e sentimentos maternos. Riccioppo (2021).	Compreender as percepções e os sentimentos das mães de crianças que apresentam o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e identificar quais são os recursos internos e apoios sociais por elas utilizados.	Pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa.	Constatou-se que as mães vivenciam situações de angústia frente às incertezas e busca por um diagnóstico, além de se sentirem sobrecarregadas em relação aos cuidados diários com os seus filhos.
7 - Influências do Transtorno do Espectro Autista nas relações	Identificar as influências do TEA nas relações familiares.	Revisão sistemática de literatura realizada por meio da busca de artigos	Conclui-se que o TEA gera impactos nas relações familiares por exigir reestruturação

familiares: revisão sistemática. Fonseca (2019).		científicos indexados nas bases de dados Pub-Med, Science Direct e Biblioteca Virtual em Saúde, através da conjugação dos descritores "*Autism Spectrum Disorder*" e "*Family Relations*" no período de janeiro de 2000 a abril de 2017.	desde o convívio inicial com a criança. Contudo, acredita-se que essas influências possam ser amenizadas pelas estratégias de enfrentamento, como a construção compartilhada de cuidados e estímulo ao fortalecimento da rede social de apoio a família.
8 – Criando filho com autismo. Aguiar (2019).	Analisar os aspectos subjetivos associados à percepção dos pais sobre as mudanças ocorridas em suas vidas após o nascimento de seu filho com transtorno do espectro autista (TEA).	Estudo qualitativo, com abordagem metodológica de narrativa. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com 7 pais e 16 mães de crianças com TEA em escola especial, Salvador-Bahia.	Conviver e ser mãe ou pai de criança com TEA produz grande demanda física e emocional, mudança de papéis sociais, da vida social e da vida do casal e/ou afetiva/sexual, o que demonstra necessidade de atenção aos pais por profissionais de saúde, especialmente os da saúde mental.
9 - Todo mundo quer ter um filho perfeito: vivências de mães de crianças com autismo. (Constantinidis, 2018).	Compreender a vivência de mães de crianças com autismo, com base em entrevistas e estudos existentes, situando o debate teórico em torno desse processo.	Pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com seis mães de crianças com autismo.	A importância do diagnóstico como norteador das ações dessas mães e a resistência dos profissionais em fornecê-lo, além do pai da criança com dificuldades em aceitar a condição do filho, mas resgatando a identidade feminina dessa mãe.

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Azevedo (2025) discute a ampla necessidade de considerar as múltiplas dimensões do cuidado, desde o cuidado familiar, incluindo o cuidado sanitário, social, do contexto jurídico entre outros. Aponta ainda para a reflexão do pensar que a psique infantil, construída por meio dos cuidados, repercute significativamente na vida adulta. Afinal, cada cultura, cada sociedade e cada época se caracterizam por bases específicas em relação aos cuidados, porém, estes são alicerces psíquicos que permitem e permeiam o engendramento do sujeito.

O estudo desenvolvido por Colomé (2024), cuja a metolodia selecionada foi a realização de um estudo de caso, tendo como participantes 12 mães de filhos diagnosticados com TEA na infância, com as quais foram realizadas entrevistas reflexivas e posteriormente, construídos dois mapas de redes sociais significativas, um considerando os dados e as informações anteriores e o outro posteriormente ao TEA.

Observou-se, no referido estudo selecionado que as mães participantes relataram em sua

maioria o sentimento de não ter apoio, expressando angústia e desamparo. No entanto, ao longo do processo de leitura e análise do estudo de Colomé (2024) ficou clara que a construção dos mapas, permite ao leitor compreender o quanto foi relevante a mudança no discurso apresentado pelas mães participantes, pois elas reconheceram e se surpreenderam com a presença de vínculos importantes nas suas redes sociais, embora, da sua perspectiva, eles não lhes proporcionem o apoio devidamente necessário.

Dialogando com o estudo de Colomé (2024), observou-se que as considerações apresentadas por Merletti (2018), ao debater acerca do cuidado com o sofrimento dos pais, cita a importância de "[...] cuidar de quem prosseguirá cuidando" (Merletti, 2018, p. 146) das crianças com TEA, em uma perspectiva de encorajamento e aposta no papel dos pais, ou seja, lidar com os apontamentos, as imposições e a exclusão social, são tarefas constantes, direcionadas aos pais de filhos com TEA, o que gera esgotamento, sobrecarga física e emocional.

No estudo de Andrade (2024) verificou-se, que face ao caráter complexo do TEA é vital a intervenção precoce, com viés multidisciplinar e duradouro. Essa defesa da autora a intervenção precoce envolve uma combinação de terapias especializadas, incluindo terapia comportamental, terapia fonoaudiológica, terapia ocupacional e, em alguns casos, medicação.

Com base no estudo de Resende (2023) ficou claro que a presença de uma criança com Deficiência Intelectual gera na família diferentes aspectos que podem interferir na saúde familiar, sendo indispensável o preparo para a convivência e a garantia de uma melhor interação entre todos os membros desse contexto social. Resende (2023) enfatiza que as mães assumem o papel de cuidadora principal, atendendo as demandas das necessidades de seus filhos, com dedicação integral para os cuidados, sendo que essas mães por não terem uma rede de apoio social, acabam sendo sobrecarregadas fisicamente e mentalmente.

A discussão em torno da sobrecarga familiar, segundo Resende (2023) é uma condição resultante da situação vinculada ao lidar com a dependência física e a incapacidade intelectual do indivíduo que se torna alvo de atenção e cuidados efetivos. Os aspectos objetivos da sobrecarga do cuidar incluem alterações na rotina familiar, cuja diminuição na vida social é bastante acentuada, abandono do campo profissional, perdas financeiras, realização de tarefas excessivas e supervisão de comportamentos problemáticos do indivíduo a ser cuidado.

Assim sendo, Moraes (2021) discute do ponto de vista da ética, alguns impactos que o autismo pode ter nas relações familiares, dissertando que na teorização e na clínica do autismo o cuidado e escuta dos pais é imprescindível.

Considerando esse contexto de debate apresentado por Moraes (2021), torna-se clara a

necessidade dos psicanalistas buscarem reunir elementos para adentrar nesse debate teórico e científico especificamente na clínica do autismo, para que sejam desenvolvidos novos estudos, bases e eixos de reflexão que forneçam à clínicos e pesquisadores do autismo, psicanalistas ou não, elementos permitam ampliar suas considerações sobre o tema com olhar e escuta atentos ao sofrimento das famílias.

Riccioppo et. al., (2021) discutem os significados das manifestações apresentadas por mães autistas, fazendo uma referência às percepções e aos sentimentos apresentados, principalmente quando as participantes dessa pesquisa retomam o desenvolvimento da primeira infância e os desafios da família. “Quem é mãe é vinte e quatro horas por dia: mãe para vida toda”, e esta é apenas uma das expressões maternas apresentadas no estudo de Riccioppo et. al., (2021) analisado, que também retomam a discussão direcionada aos sentimentos de insegurança, impotência e obrigações, agregando-os a uma espécie de “fardo”, que conota peso da vida social, de lutar por ambientes inclusivos.

Entretanto, outra contribuição apresentada Riccioppo et. al., (2021) aborda e observa nas expressões das respondentes da pesquisa, uma certa imprecisão discursiva, pois, ao mesmo tempo em que relatam as dificuldades e o peso de serem as cuidadoras efetivas de seus filhos, manifestaram o desejo de ter oportunidades sociais, físicas, psicológicas e financeiras de fazer mais por eles. É visível como o papel de uma mãe é fundamental na consolidação de uma família, e essa “cobrança” por uma força maternal perpassa gerações, séculos.

Fonseca (2019) discute que o TEA gera impactos nas relações familiares, pois exige reestruturação do convívio inicial com a criança. Contudo, a autora selecionada aponta que essas influências possam ser amenizadas pelas estratégias de enfrentamento, como a construção compartilhada de cuidados e estímulo ao fortalecimento da rede social de apoio a família, ou seja, é preciso garantir suporte terapêutico as crianças com o TEA e aos seus familiares.

No mesmo sentido, o estudo apresentado por Aguiar (2019) mostra que conviver socialmente, culturalmente, buscar espaço no mercado de trabalho e ser mãe ou pai de criança com TEA reproduz diariamente uma grande demanda física e emocional, provoca ainda, mudança de papéis sociais, da vida social e da vida do casal, intereferindo afetivamente e também sexualmente, o que demonstra necessidade de atenção aos pais, ajuda de profissionais de saúde, especialmente os da saúde mental. A adoção de estratégias de cuidados precisam ser implementadas para os genitores, paralelamente à assistência à saúde dos seus filhos com TEA, buscando melhorar a atenção integral à criança, e oportunizar mais informações, cuidados e atenções com a vida familiar.

Em consonância, o estudo apresentado por Constantinidis et. al., (2018) – cuja abordagem central se debruçou sobre a busca de um filho perfeito, já traz um impacto direto no leitor, considerando as escolhas lexicais apresentadas no tema do estudo em análise: “Todo mundo quer ter um filho perfeito”: vivências de mães de crianças com autismo. Metaforicamente um filho perfeito não existe, e até pode existir, mas somente nos contos, e a vida real exige muito mais do que o encantamento apresentado pela literatura.

Observa-se, portanto, que Constantinidis et. al., (2018), provoca diferentes reflexões nos leitores, e a temática abordada se relaciona diretamente com a proposta deste estudo, principalmente na busca por respostas aos objetivos propostos. Assim sendo, observou-se, nesse estudo analisado, que discute a intensa demanda de cuidados, que essas mães de filhos autistas têm que redimensionar diante as expectativas quanto ao futuro dessas crianças, e quanto ao próprio futuro.

Os encargos gerados pelos cuidados com essa criança podem gerar diferentes perdas e empobrecimento da vida social, afetiva e profissional. Ancorados no debate apontado por Smeha e Cezar (2011), constatou-se que as mães de crianças com autismo tendem a ser obrigadas, dadas as circunstâncias diversas, renunciar/abdicar da carreira profissional, da vida social e principalmente das relações afetivas em prol dos cuidados maternos, o que está sendo claramente abordado nas concepções de Constantinidis et. al., (2018), ou seja, as autoras querem afirmar que aquela genitora que não tem filho perfeito, terá muitos desafios por uma vida longa, que muitas são imposições da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O amor construído em uma família por todos os seus membros, advindo dos genitores é um sentimento natural, espontâneo, que traz a crença, o respeito, o planejamento social na formação dos seus entes, da chegada de um filho. Muitos estudos selecionados e que foram citados no presente estudo indicaram que a chegada da criança com autismo pode provocar atritos e abalos em um ambiente familiar, principalmente quando se buscam culpados pelo diagnóstico do TEA, ou quando a figura paterna atribui a função de cuidadora, única e exclusivamente como tarefa materna.

Os acontecimentos de um lar atípico estão bem distantes de serem descritos academicamente, com fidelidade. O estresse crônico também vem nas palavras proferida, direcionada a uma criança neurodivergentes, ou a uma mãe, e esse bombardeio discursivo áspero parte de um genitor, dos demais filhos que sentem a ausência dos pais, pois o filho autista exige e demanda mais atenção e cuidados. Logo, para além dos sentimentos nebulosos, que adoecem a mente e o corpo, e diante das inúmeras dificuldades diárias e dos empecilhos que muitas vezes impossibilitam a regularidade no cotidiano do lar, surgem os batidos de porta com muita força, o silêncio ensurdecedor de alguns membros da família, o preconceito velado, ou até mesmo escancarado, que podem motivar sentimentos como raiva e ódio direcionados ao filho/filha.

Desta forma, as mulheres mães precisam se esforçar mais, pois são a figura de cuidadora principal, que mostra a realidade, e não tem espaço para figurantes, pois é a mãe, em sua maioria dos casos familiares com filhos atípicos, quem está na linha de frente para romper barreiras e paradigmas, afinal, toda essa carga social impositiva e difundida, cuja a idealização de amor materno perfeito e nato à mulher, ocasionam cobranças culturais de gêneros, e decepções a mulher mãe, que pode se enxergar de modo cruel por não atender ao que se espera da figura materna, ou se bloqueia, adentra ao isolamento, se mutila psicologicamente, porque alguém cobra dela por não ter um filho perfeito.

Todos esses aspectos demonstram que a inclusão social ainda depende da construção efetiva de uma rede de apoio estruturada, envolvendo família, escola, profissionais e a ampliação de políticas públicas que de fato funcionem, sejam voltadas para a população citada.

REFERÊNCIAS

ACERO, I. R. **O que dizem os autistas.** Opção Lacaniana, Ano 4, 11. 2013.

AGUIAR, Márcia Cristina Maciel de. **Criando filho com autismo.** J. bras. psiquiatr. 68 (1) 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0047-2085000000223. Acesso em: 25.06.2026.

ALMEIDA, A. N. **A sociologia e a construção da infância:** olhares do lado da família. *In*: LEANDRO, M. E. (Coord.). Laços familiares e sociais. Viseu: PsicoSoma, 2011. p. 69-77. Disponível em:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5-TR. 5. ed. **rev. Porto Alegre: Artmed**, 2022.

ANDRADE, Jullie Gottschall Lima. **Eficácia de Programas Educativos à Distância para pais de crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista:** uma revisão integrativa. CoDAS 36 (5), 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2317-1782/20242023291pt. Acesso em: 25.06.2026.

AZEVEDO, L. J. C. **Impactos do diagnóstico de autismo:** construção, comercialização e cuidados.Rev.CES Psico, 18(3),107-119, 2025. Disponível em: https://revistas.ces.edu.co/index.php/psicologia/article/view/7789/4025. Acesso em: 25.06.2026.

BAGAIOLO, L. F. *et al.* **Capacitação parental para comunicação funcional e manejo de comportamentos disruptivos em indivíduos com Transtorno do Espectro Autista.** Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 46-64, 2018. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgdd/article/view/12113. Acesso em: 29.05.2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de Atenção a Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo.** 2014. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacai_pessoa_autismo.pdf. Acesso em: 05 de mar/2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde.** 2015. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf. Acesso em: 05 de mar/2026.

COLOMÉ, Carolina Schmitt. **Redes Sociais Significativas Maternas:** Significados e Movimentos Diante do Autismo. Artigo Psicol. cienc. prof. 44, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/43kT97qxLQdvBmQVyYQ3pdj/?format=html&lang=pt. Acesso em: 25.06.2026.

CONSTANTINIDIS, T. C. *et al*. **"Todo mundo quer ter um filho perfeito":** vivências de mães de crianças com autismo. Psico-USF, vol. 23, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusf/a/M8DXRCRGP6Rc6k7ZdCPMjQv/?format=html&lang=pt. Acesso em: 21.05.2026.

CORREIA, S. C. **A figura do pai em situação de doença do filho.** Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Universidade de Évora, Évora, 2012. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/96cb33d2987054eacd632645e4a538b8/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y. Acesso em: 21.05.2026.

FLORENTINO, E. M. L. **O papel dos pais no desenvolvimento de crianças no TEA.** Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade", São Cristóvão/SE, v. 14, n. 11, p. 1-11, 2020. Disponível em: https://cemipa.com.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/399. Acesso em: 29.05.2026.

FONSECA, Larissa Kathlem Rodrigues. Influências do Transtorno do Espectro Autista nas relações familiares: revisão sistemática. **Revista Baiana de Saúde Pública - DOI:** 10.22278/2318-2660. 2019, v. 43.n.2.a2983. Disponível em: https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2983/2734. Acesso em: 25.06.2026.

JULIO-COSTA, A.; ANTUNES, A.M. **Transtorno do espectro autista na prática clínica.** São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017.

LIMA, A. P. De. *et. al.* A família da criança com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Id on Line **Revista de Psicologia**, v. 16, n. 60, p. 15-27, 2022. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A3%3A35067251/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Agcd%3A160618463&crl=c&link_origin=scholar.google.com. Acesso em: 30.04.2026.

MERLLETI, C. **Autismo em causa:** historicidade diagnóstica, prática clínica e narrativas dos pais. Psicologia USP, 29(1), 146-151, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/pwHyXyXB3Vknq7cg7m5wwSk/?lang=pt. Acesso em: 10.03.2026.

MORAES, Anna Victória Pandjarjian Mekhitarian; BIALER, Marina Martins; LERNER, Rogério. **Clínica e pesquisa do autismo:** olhar ético para o sofrimento da família. Psicol. Estud., 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/QLHxBsqgcRpn8B3M4qJMsGP/?format=html&lang=pt. Acesso em: 21.05.2026.

MOTTA, L. B. **Autismo e Psicanálise.** Rio de Janeiro: Psicologia. PT: portal dos psicólogos. 2017.

ONZI, F. Z.; GOMES, R. F. Transtorno do espectro autista: A importância do diagnóstico e reabilitação. **Caderno pedagógico. Lajeado**, v. 12, n. 3, p. 188-199, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11).** Genebra: OMS, 2019.

RAMOS, A. B.; AZEVEDO, G. X. de. A importância da interação entre a escola e a família para o desenvolvimento da criança com deficiência. **REEDUC – Revista da Universidade Estadual de Goiás**, v. 10, n. 1, p. 154-166, 2024. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/reeduc/article/view/14899. Acesso em: 29.05.2026.

RESENDE, B. D; ARANTES, I. S; SILVA, F. A. R; MORAES, C. V; GOMES, H. S. C; PEREIRA, R. F. Impacto e sobrecarga familiar em cuidadores de crianças e adolescentes com deficiência intelectual. **Rev. Cient. Esc. Estadual Saúde Pública Goiás "Cândido Santiago"**. 2023;9(9f4):1-18. Disponível em: https://www.revista.esap.go.gov.br/index.php/resap/article/view/548/334. Acesso em: 25.06.2026.

RICCIOPPO, M. R. P. L.; HUEB, M. F. D.; BELLINI, M. Meu filho é autista: percepções e sentimentos maternos. Ribeirão Preto: **Rev. SPAGESP**, vol. 22, 2021. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8147590. Acesso em: 21.05.2026.

RODRIGUES, J. I. B; FERNANDES, S. M. G. C; MARQUES, G. F dos S. **Preocupações e necessidades dos pais de hospitalizadas.** Saude Soc [Internet]. 2020. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sausoc/2020.v29n2/e190395/pt/. Acesso em: 30.04.2026.

RUARO, J. A. *et. al.* Panorama e perfil da utilização da CIF no Brasil: uma década de história. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, v. 16, p. 454-462, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfis/a/rSnDBDxX88MkgXJtVGpPYXL/?lang=pt. Acesso em: 25.04.2026.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília**, v. 29, n. 1, p. 116-131, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/RP6tV9RTtbLNF9fnqvrMVXk/?format=html&lang=pt. Acesso em: 29.04.2026.

SCHMIDT, C. (org.). **Autismo, educação e transdisciplinaridade.** Campinas, SP: Papirus, 2013.

SCHNEIDER, C. M.; MEDEIROS, L. G. Criança hospitalizada e o impacto emocional gerado nos pais. **Unoesc & Ciência - ACHS, Joaçaba**, v. 2, n. 2, p. 140-154, 2011. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/741. Acesso em: 01.06.2026.

SMEHA, L. N., CEZAR, P. K. **A vivência da maternidade de mães de crianças com autismo.** Psicol. estud., 16(1), 43-50, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n1/a06v16n1. Acesso em: 01.05.2026.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt. Acesso em: 17 jun. 2026.